

"CONSTRUIR A CIDADE E ERGUER A ESCOLA": O CASO DO INSTITUTO PEDAGÓGICO EM CAMPINA GRANDE (1919-1942)

RESUMO: Este artigo busca discutir a participação de uma instituição escolar no projeto de modernização da cidade de Campina Grande, durante os anos de 1919 a 1942. Nosso intuito está em apresentar a escola como uma das instituições responsáveis por gerar na cidade uma sensibilidade moderna, educando e civilizando os sujeitos aos moldes de uma *urbe* em constante "progresso". O Instituto Pedagógico foi a primeira escola particular da cidade, referenciada com uma modernidade pedagógica que alfabetizava e profissionalizava os sujeitos. Teve como diretor o tenente Alfredo Dantas que incorporou na escola um programa pedagógico militar, funcionando em níveis primário e secundário, mas também com a contribuição das Escolas Anexas (Escola Normal João Pessoa, Escola Militar General Pamplona e Escola de Comércio e Peritos Contadores) que educavam os cidadãos para suprir as necessidades econômicas e comerciais que surgiam na cidade. Para nos auxiliar nesta discussão entre modernização da cidade e a modernidade pedagógica da escola lançaremos mão de um grupo de autores da historiografia da Educação, entre eles Luciano Faria Filho, Cintia Greive, Tarcísio Vago, dentre outros, visando discutir a cultura própria deste espaço escolar em conexão com a história da cidade, que educava/civilizava corpos e mentes, escolarizando as sensibilidades dos sujeitos.

Palavras-Chaves: Modernidade Pedagógica; Sensibilidade; Cidade

Com quase um século de existência, o atual Colégio Alfredo Dantas (CAD), antigo Instituto Pedagógico, é uma escola de renome da cidade de Campina Grande - PB. Historicamente construiu para si, pelo intermédio de seu corpo diretor e docente, uma imagem de uma instituição escolar auspiciosa, moderna pedagogicamente, que tem sua história institucional envolvida nas tramas históricas da cidade.

O período temporal a que estamos fazendo referência diz respeito às primeiras décadas do século XX, mas especificamente dos anos de 1919 a 1942.

Este contexto histórico perpassa a fundação da instituição em destaque, como também a construção discursiva de uma cidade paraibana em intenso processo de modernização. Fundado em 1919, pelo Tenente Alfredo Dantas, com a denominação de Instituto Pedagógico, a escola que ora estudamos neste artigo teve suas matizes educacionais advindas do Grêmio de Instrução Campinense¹, ainda em 1902. Em 1943 passa a se chamar Ginásio Alfredo Dantas e em 1950 se define com seu atual nome Colégio Alfredo Dantas – CAD. Nossa escolha temporal para este artigo demarca o ano de fundação da instituição até o seu último ano de funcionamento como Instituto Pedagógico, ou seja, o ano de 1942.

Neste período estudado os discursos jornalísticos e imagéticos construam para a cidade de Campina Grande símbolos modernizantes que tomam desde a chegada do trem e da energia elétrica ao saneamento básico, do cultivo à comercialização do algodão e de outros gêneros, das reformas urbanas que impulsionaram os negócios, entre outros elementos, considerados representativos de uma urbanização que modernizava o espaço citadino². Tais representações são formulações discursivas e imagéticas de uma determinada camada social³, que com o intuito de progredir no recém comércio campinense visavam tornar a cidade civilizada e moderna, modelada aos novos códigos de conduta e civilidade.

[...] O aspecto grandioso de Campina, impõe-se, é verdade, à rotina do forasteiro, e mesmo aqueles que quotidianamente aqui vivem

¹ O Grêmio de Instrução surgiu em 1902, sobrevivendo pouco mais de 3 anos. Em razão de sua inauguração, era concebido como uma sociedade que se dedicava a “exercitação da arte de representar”, financiada por 93 sócios e 60 associados. Sua infraestrutura estava pautada “no ensino, na disciplina, existência de biblioteca, recreio-dramático, música e dança” (ALMEIDA, 1993, p.327).

² O Almanaque de Campina Grande para o ano de 1934, editado ainda em 1933 (p.30 e 31), menciona a “pujança” da cidade de Campina Grande no período e aponta que “Campina Grande, uma das maiores praças do Nordeste e o maior comércio do Algodão da America, com mais de 5.000 casas e 35.000 habitantes possui: 3 cartórios, 1 Delegacia de Polícia, 1 Repartição de Telegrafo Nacional, 1 Repartição de Correios, 1 Prefeitura, 1 Departamento de Classificação do Algodão, 5 Estabelecimentos Bancários, 2 Coletorias Federais, 1 Mesa de Rendas, 1 Comissão Rockféler, 1 Empresa de Luz, 2 Associações Comerciais, 3 Sociedades Beneficentes, 4 Estabelecimentos de Caridade, 2 Sociedades Operarias, 7 Clubes Diversionais, 1 Gabinete de Leitura, 3 Lojas Maçonicas, 2 Cinemas, 6 Hospitais e Asilos, 4 Templos Católicos, 5 templos Evangélicos, 22 Estabelecimentos de Ensino, 1 Escola Normal, 1 Escola de Comercio, 2 Centros Espíritas, 10 Sociedades Esportivas, 1 Guarda Noturna, 1 Necroterio Publico”.

³ Diversos forasteiros vinham para Campina Grande a procura de fazer riqueza, como também demais categorias sociais que compunham o que denominamos de elite letrada, ou seja, grupos locais que detinham grande influência sob a sociedade campinense.

preocupados com os seus misteres materiaes. Sendo a mais importante praça algodoeira do paiz, com expansão admirável no domínio quase que exclusivo de meresses commerciaes. Isto demonstra seu envolvimento palpável, visto que é o commercio grande cooperador do progresso. As letras porém, já não são como em outros tempos. (F. Salles de Albuquerque - Agosto de 1931. Revista Evolução 1, nº1, p.1).

Estes aspectos enfatizados por Albuquerque (1931) são apenas partes dos diversos discursos que produziram para Campina uma majestosa imagem, frutos de uma construção social, cultural, política e histórica que exigiam da cidade uma adequação aos novos tempos. No entanto, tal como pode ser encontrado em outros jornais, a educação parecia ainda ser um item esquecido na cidade⁴. A “desordem” aparentemente existente em Campina Grande, e também divulgada em outros meios comunicativos locais, era consequência dos excessos de uma política de modernização e urbanização avassaladora que poderia ser contida se a cidade tivesse uma educação satisfatória, o que parece que não acontecia tão bem assim no período estudado. Mas a intenção existia e estava expressa nas inúmeras tentativas de circulação de ideias em defesa da educação, tanto em jornais como em periódicos⁵, que continham e faziam circular os preceitos educacionais.

Apesar da bandeira levantada em prol da educação em artigos de revistas e jornais campinenses, o que se observa é que “Somos pobres de instrução, desenvolvemo-la, embora paulatinamente” (Revista Evolução, Ano 1, p.1). Embora a notícia anunciada acima seja própria de um periódico local, assim também se colocava o reflexo da educação no país, como “cousa sem firmeza, sem equilíbrio e sem nenhuma orientação precisa” (Anuário de Campina Grande, 1925, p.47). Inúmeras são as justificativas que atestam essa “deficiência” do ensino, algumas históricas e que permanecem até hoje (excetuando-se o grande número de analfabetos do período e das poucas escolas existentes), como os problemas de infraestrutura, questões pedagógicas e a má remuneração e capacitação dos professores, itens que se fazem presentes ainda nos dias atuais.

⁴ Segundo o Anuário de Campina Grande (1925, p.49), “...tem Campina Grande matriculadas apenas mil crianças, quando a sua população em idade escolar é aproximadamente de 5.000. Isto é unicamente na cidade, que possui 15.000 habitantes”.

⁵ A “Revista Evolução”, o “Jornal Evolução” e o “Jornal O Comércio de Campina”.

Entre a imagem de uma Campina Grande altaneira e a representação de uma cidade que de grande tem apenas o nome estão os inúmeros paradoxos que dão vida e forma a cidade, que a fazem pulsar. Não pretendemos aqui trazer mais uma imagem para a cidade e legitimá-la como a verdadeira, ou ainda, apontar estes discursos como frutos de uma condição moderna que realmente existiu na cidade, mas demonstrar as tessituras que produziram para o município um conceito de cosmopolita e moderno, e como estas noções estavam imbricadas nos projetos educacionais que envolviam a cidade. Nosso objetivo maior é evidenciar que houve grande investimento na elaboração, inculcação e circulação de uma sensibilidade moderna para os habitantes da cidade, fazendo com que certas instituições como a escola auxiliassem no estabelecimento deste projeto de civilidade e modernidade.

O que queremos apontar e enfatizar, como já fizemos antes, é que estas formulações prodigiosas criadas para descrever Campina Grande não estavam considerando a educação⁶ como um item modernizador. Como demonstra o Anuário de Campina Grande (1925, p.47), "E o nosso povo quase não possui instrução. Desprezado quase sempre pelos seus dirigentes, elle ahí está, pedindo esmolas, embora dono de um dos mais ricos paizes da terra". O Anuário ainda aponta que esta situação se justifica pela falta dos jardins de infância, pela deficiência do ensino e má organização das escolas normais, consideradas, "fábricas de professoras normalistas", como também se devem a má remuneração do professorado, realidade que alcançava todo o Brasil. É preciso "...compreender que está na

⁶ A falta de saneamento básico, de água e o alto índice de analfabetismo assolava a cidade e a região paraibana. Na verdade, as primeiras décadas que acompanham a república são marcadas, como nos aponta Nunes e Morais (2013, p.1), pela "...confluência das insatisfações que vinham se manifestando por todo o período republicano, nos vários setores da sociedade brasileira, no que se refere à política, à economia, mas também no tocante a comportamento, idéias e valores. A busca por soluções para os problemas das mais diversas áreas induziu o esforço da intelectualidade, no sentido de dar um novo caráter ao país, buscando integrar as diversidades. Toda essa movimentação culmina em movimentos como: o Tenentismo, a fundação do Partido Comunista, o Modernismo e a ampliação do movimento feminista que intencionava o reconhecimento dos direitos da mulher". Criar uma imagem ordeira e harmoniosa, que integrava a nação fazia parte de um projeto nacional maior que exigiu das cidades essa busca pela modernidade". No que se refere à educação, foram realizadas diversas reformas de abrangência estadual, como a de Lourenço Filho, no Ceará, em 1923, a de Anísio Teixeira, na Bahia, em 1925, a de Francisco Campos e Mario Casassanta, em Minas, em 1927, a de Fernando de Azevedo, no Distrito Federal (atual Rio de Janeiro), em 1929, a de Carneiro Leão, em Pernambuco, em 1929 e a de Lourenço Filho, em São Paulo, ocorrida em 1930.

alfabetização do nosso povo o unico poder para a construcção dessa obra ingente da salvação do paiz” (idem).

A educação surge então como uma ferramenta de regeneração do país, que aos moldes iluministas reconfigura o papel da escola, agora também destinada a modelar condutas e hábitos para se viver na cidade. A educação, no também chamado século das luzes, era constituinte do homem, como prática, mas também objeto do conhecimento, estando a disciplina e a instrução como peças fundamentais para o processo de formação do sujeito.

Era preciso, através da escola, ordenar o caos provocado pelos novos hábitos industriais. Veiga (1997) analisando as aproximações que os modelos de cidade possuíam com a educação, aponta que havia um esforço nacional em institucionalizar as experiências públicas na mentalidade da época, de forma que no progresso material das cidades houvesse também o progresso das mentes. Era preciso que através da escola fosse produzida uma nova cultura, baseada na necessidade de se criar “vias de circulação, novas formas de socialização e também uma urgência na definição de espaços de participação político-sociais a serem ocupados por diferentes sujeitos” (VEIGA, 1997, p.106).

As indagações e implicações que esta assertiva levanta nos induz a pensar que além de compreender o processo de interiorização desta mentalidade urbana, precisamos refletir quais ações foram implementadas para a ampliação de uma escolarização de qualidade, que incorporou à escola o sentido de uma instituição de inserção social. Dentro de um âmbito mais local, foi discutindo o contexto que enreda a cidade de Campina Grande nas décadas de 1920, 30 e 40 que pudemos localizar os discursos e saberes escolares que constituíram os sujeitos, enfatizando as vivências urbanas como ações que interviam significativamente nas práticas escolares, afinal “A escola se tornaria um lugar simbólico de garantia da aquisição de saberes para a nova socialização urbana. Respalhada pela ciência moderna, instituíria-se como passaporte para a participação na sociedade/cidade” (VEIGA, 1997, p.109).

A ESCOLA A SERVIÇO DE UMA CIDADE: A “MODERNIZAÇÃO” DAS PRÁTICAS ESCOLARES

As instituições escolares são instituições sociais, lugares especializados e de referência em educação formal. Inúmeros são os trabalhos⁷ encontrados dentro da área de História da Educação que definem, teorizam e problematizam as instituições educativas e/ou escolares. Alguns se dedicam a discutir o conceito e sua institucionalização, outros apontam preocupações metodológicas e de fontes, discutindo desde a importância dos arquivos escolares como lugares de conhecimento e de memória às ampliações nas noções de documento escolar, práticas pedagógicas, regulamentos, cultura material, arquitetura escolar... Para Castanho (2007, p.40), a instituição escolar é

...um lugar social dotado de permanência, ou estabilidade, cercado de reconhecimento em sua missão, mantido por recursos materiais e humanos delimitados, normatizado externa e internamente e, enfim, sustentado por valores, ideias e comportamentos que, no seu conjunto, constituem a cultura institucional, no caso, a cultura escolar.

A instituição educativa é um termo mais amplo que abrange a escola, mas também as demais formas sociais que desenvolvem o processo de transmissão cultural. Detentora de uma cultura própria, ou ainda de culturas próprias, constituída, mas também constituinte de uma cultura social maior, possui um caráter inventivo, que desperta para a dupla finalidade da escola: formar os indivíduos e elaborar uma cultura. É penetrando o cotidiano escolar que passamos a reconhecer as práticas, os fazeres, as vivências como fragmentos e expressões desta cultura escolar. Famosa é a frase de Dominique Julia (2001, p.10) quando define cultura escolar, como “um conjunto de normas e práticas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar”. Corroborando com esta definição Viñao Frago (1995), também freqüentemente citado nas pesquisas da área, pensa a cultura escolar como aquela

⁷ Diante das inúmeras possibilidades, citamos os seguintes livros: “Instituições Escolares no Brasil. Conceito e reconstrução histórica” (2007), “Tecendo nexos. História das instituições educativas” (2004) e “Instituições escolares. Por que e como pesquisar” (2008).

que enfatiza o espaço e o tempo como elementos participantes na conformação dos aspectos cognitivos e motores dos sujeitos sociais, através de um conhecimento transmitido pelas práticas escolares que formam e instituem comportamentos.

Considerando as noções que dão formas e nuances as culturas escolares, Júnior e Pessanha (2005) discorrem sobre as relações entre escolarização, urbanização e cidade e atestam que a percepção de uma escola produzida não apenas para instruir as crianças e jovens, mas também para produzir um país ordeiro e civilizado vem sendo vinculada ao nascimento do empreendimento de uma escolarização de massa, próprio do período vivenciado entre os séculos XVIII e XIX. O projeto de escolarização estaria, assim, voltado à continuidade de um processo de civilização, que se consolidou com o surgimento e expansão das cidades. Com a implantação das cidades todo um contexto de desordem é vivenciado, e se torna imprescindível uma ação efetiva do Estado e demais instituições para urbanizar e higienizar este espaço, que mais tarde ficaria conhecido como a representação da ordem. A cidade passou a ser assim o lugar da escola, pelos símbolos da indústria, do comércio e do aproveitamento do tempo.

Refletindo sobre estas relações entre cidade, modernização e escolarização em Campina Grande, encontramos a efetiva participação do Instituto Pedagógico. Símbolo de escola moderna na cidade por alfabetizar e também formar profissionalmente, o Instituto nasce e se consolida numa cidade tecida como um espaço privilegiado pelo contexto histórico e pela situação estratégica em que vivia à época. O apelo à educação como um elemento imprescindível à modernização da cidade é freqüente, estando o professor a exercer uma ação civilizadora, responsável pelo futuro do país. No jornal O Clarão (1922), temos:

[...] Campina há de instruir-se, não resta duvida. E tal movimento, em prol da instrucción primaria, é tanto mais de louvar quanto é certo que a mancha negra do analphabetismo precisa ser urgentemente extirpada do seio do nosso grande e glorioso Paiz. Tudo pela Instrucción a bem do ensino. [...] Ao pae de família conscio de seus deveres, e que deseja, deveras, o desenvolvimento intellectual de seu filho, cumpre, concita-lo a ser assíduo nas aulas, a não infringir os horarios determinados no regulamento, a evitar reclamações nas escolas, em virtude de brincadeiras que só trazem prejuízos para o estudo. Isto evita que o aluno se desvie dos deveres e obrigações

escolares, e facilita, sobre modo a acção civilisadora do professor, que não terá necessidade de estar a fazer de admoestações e de aplicar este ou aquelle castigo moral. (O Clarão. Campina Grande - Nº 01, 03 de dezembro 1922).

Em busca de corresponder a uma demanda nacional de progresso e higienização, a educação é convocada a atuar nas diversas dimensões de constituição do sujeito, dando-lhe instrução. Campina Grande, tal como as demais cidades brasileiras, também solicita de suas instituições, entre elas a escola, uma educação voltada para a moral e os bons costumes, que viabilizasse seus projetos de cidade: do progresso, do trabalho e da estética. Seria o “discurso pedagógico da modernidade”, ou o que poderíamos também denominar de uma “Pedagogia da Cidade”, que investia no desenvolvimento de certos sentimentos fundados no ícone da urbanidade, da higiene, da moral e da civilidade, passando a regular, por intermédio da escola, as boas maneiras e a formação das profissões na cidade.

Difunde-se, assim, a crença no poder da escola como fator de progresso, modernização e mudança social, balizados logo em seguida nos princípios reformadores do movimento escolanovista. A ideia de uma escola nova para a formação do homem novo articulou-se com as exigências do desenvolvimento industrial e o processo de urbanização. Manuais didáticos surgiam para ensinar os professores a ministrar aulas, fundamentados no método ativo e nas formas de pensar e de desenvolver o ensino no país, constituindo a base de muitas disciplinas escolares. O objetivo era o desenvolvimento de uma pedagogia moderna e científica, centrada na realização da tríade spenceriana “educação intellectual, moral e physica”, que não só formasse o povo para a leitura e a escrita, mas também para a profissionalização.

Para Pinto (1996), o ideário escolanovista não apenas orientava a utilização de novos métodos educacionais, que deslocam a ênfase da educação do professor para o aluno, mas, mais do que isso, ele também se referia à configuração de um novo projeto de nação. Na procura por instituir uma identidade nacional capaz de gerar mudanças no sistema de significados, crenças e símbolos presentes no imaginário popular e de promover a organização social e cultural do país, era preciso superar o “atraso” (tradicional) que dava contornos a diversas dimensões da

sociedade, entre elas ao sistema educacional. A busca estava na educação do povo pela via da instrução pública e nas reformas do ensino como disseminadoras de novas experiências de construção de um campo cultural e pedagógico.

A defesa por uma escola pública, obrigatória e laica fundamentava os ideais do Manifesto dos Pioneiros (1932), que daria origem ao Movimento da Escola Nova. A renovação do ensino partiria também da criação de modernas instalações pedagógicas, capacitados professores e eficientes materiais didáticos. Para o Anuário de Campina Grande (1925, p.53), o Instituto Pedagógico corresponderia a este modelo de modernidade pedagógica, uma vez que mantinha “hygienicas e adequadas accomodações”. A Revista Evolução (Nº1, Ano 1) ainda alertava que o Instituto apresentava “dotado mobiliário escolar, material didático e pedagógico, (...) adaptado às condições higiênicas e pedagógicas”. Além destes pressupostos, a presença de médicos (para cuidar) e oficiais do exército (para disciplinar e controlar) elevava o status do Instituto Pedagógico, como uma escola privada necessária aos novos rumos da cidade. Em artigo publicado ao Jornal O Comercio de Campina, o clínico Dr. Paulo Galvão atesta as boas condições estruturais do Instituto. Segundo ele,

Ao entrar-lhe a primeira sala senti o que havia de ver. O asseio e a ordem em todas as cousas denunciaram-me, de logo, a hygiene e a disciplina a que todo estabelecimento estava sujeito. Foi para mim um verdadeiro contentamento, descobrir nas salas de aulas a perfeita disposição do mobiliário, consentânea com as regras da Hygiene Escolar; o aproveitamento da luz natural numa iluminação perfeita a orientação dos salões satisfazendo as necessidades para uma boa aeração. Isto, no tocante a parte material. (Jornal O Comercio de Campina, 29 de outubro de 1932)

Esta projeção “ideal” de escola simbolizava não apenas uma reforma estrutural concreta, mas também uma reforma disciplinar do corpo. Vago (2010) aborda que a escola é um lugar de intervenção deliberada e intencional, que principalmente durante a invenção da “modernidade”, o processo civilizador vem tomando o corpo como o centro da normatização; era preciso dotar o corpo de bons modos, de condutas adequadas que dessem forma/ordem ao corpo social. A reforma estaria em dá outra forma ao corpo, em “Disciplinar os sentidos, as

sensações, os gestos, a sexualidade – fazer o corpo aprender e a exibir recato, pureza, limpeza. Aprendizagem da contenção, domínio dos excessos – essa, a “arte de instruir criança” (VAGO, 2010, p.89).

O que podemos observar é que para além de uma reforma urbana e do ensino, temos uma reestruturação do corpo, do que o modela e o faz sentir. As sensibilidades destes sujeitos acabariam por ser escolarizadas, ou seja, condicionadas aos novos ditames impostos pela modernidade. A educação para estas novas sensibilidades se voltada também a uma profissionalização e melhor utilização de corpos e mentes, afinal, “o cérebro é reflexo do corpo; aquele só funciona bem, si este for vigoroso. Existe um principio psicológico que reza: <um espírito são, em um corpo são>”. (Revista Evolução, Ano I, N°3, p.26).

Estes ideais de civilização e urbanidade tinham ampla difusão e perpassavam o imaginário popular através de fotografias, discursos de jornais, músicas e demais impressos pedagógicos. O Instituto Pedagógico teve sua imagem construída pelos diversos veículos jornalísticos, tanto os de livre circulação estadual, como também aqueles em que o Tenente Alfredo Dantas fazia parte como membro, como foi o caso do ‘Jornal O Comércio’ (1932), ou através de periódicos, do qual foi financiador – a ‘Revista Evolução’ e o ‘Evolução Jornal – Órgão para formação de novas idéias (1934)’, estes últimos de responsabilidade editorial do próprio Instituto Pedagógico. A Revista Evolução era um periódico produzido pelos próprios professores e alunos do Instituto, editado para ser um espaço pedagógico de circulação de ideias. Já o ‘Evolução Jornal’ era anunciado como um periódico independente e noticioso, com assinatura anual.

Detendo-nos, principalmente, na Revista Evolução, podemos percebê-la como um periódico bi-semanal de ampla circulação, apesar de ser editada pelo corpo docente do Instituto e de trazer nomes e relatos de seus alunos, ela se destinava a sociedade em geral. Tinha como redator chefe professor Manoel Almeida Barreto⁸, que junto com o tenente Alfredo Dantas também era responsável

⁸ O professor Manoel de Almeida Barreto nasceu em Canguaretama, em 10 de janeiro de 1886. Filho de Manoel Rodrigues Barreto e Cândida de Almeida Barreto, aos 10 anos ficou orfão. Foi, então, criado por um tio que era Bispo. Chegou a ser ordenado padre, mas desistiu da vida sacerdotal. Foi professor em Mossoró e em Natal. Em 1927 passou a residir na cidade paraibana de Campina

pela redação do Jornal O Comércio de Campina, fundado em 1932. A revista pedagógica, enquanto uma fonte histórica, é estudada por Martins (2001) como um lugar onde se matizava a realidade, se conciliava as diferenças e se atenuava as contradições, conformando o público leitor. Ou seja, o ideário vendido no periódico se comprometia com a construção de uma república asseia que atenuava as incongruências de um crescimento econômico desordenado.

Diante deste olhar mais aguçado, ao narrar a modernidade pedagógica do Instituto e sua importância social para a cidade de Campina Grande, a Revista Evolução (Ano 1, N°1, p.7) publica que foi em 1928 declarado o Instituto Pedagógico como, “de utilidade pública, pelo Conselho Municipal local, atentas, não só as necessidades do ambiente, mas, ainda à largueza de vistas do prefeito de antanho, coronel Ernani Lauritzen”. Seria esta escola promovida a um local de erradicação do analfabetismo campinense, e por isso angariava incentivos financeiros, advindos do Estado, para continuar funcionando. É o que coloca o ‘Evolução Jornal’, de 17 de junho de 1934:

Dispondo de um corpo docente, que honra a instrução neste Estado, e com aproximada chegada do gabinete de física e química, esse acreditado estabelecimento, aparelhado na verdadeira acepção da palavra, atingirá ao pináculo da glória, como desbravador do analfabetismo nesta Cidade - caminho do alto sertão do nordeste brasileiro.

Relatar a história de uma instituição e sua intensa relação com a cidade pode parecer um exercício de fácil compreensão, no entanto muitos elementos podem estar imbricados na tessitura desta narrativa, que devem considerar desde a vida escolar de alunos à prática pedagógica dos professores, desde o contexto cultural, social e político da cidade aos preceitos que regiam, na época, a nova república instaurada. Diante disto, percebemos que muito há, ainda, a ser discutido e escrito ao se pensar o Instituto Pedagógico, seu cotidiano escolar e sua função social. O

Grande, onde criou seus 3 filhos e dedicou-se ao magistério em diferentes educandários da cidade. Também foi maçon. Chegou a assumir, interinamente, o cargo de Prefeito, quando era secretário municipal campinense. Depois de 42 anos contínuos de dedicação ao ensino aposentou-se em 1948. Faleceu em 16 de fevereiro de 1961, em Recife, mas foi sepultado em Campina Grande, onde existe uma rua em sua homenagem.

que sabemos e de antemão é que esta instituição gestou novas maneiras de sentir e pensar, através de um dispositivo pedagógico que educou as sensibilidades e disciplinou o corpo, sendo convocado a conformar seus sujeitos escolares aos novos valores dito 'modernos' que circulavam socialmente. É na defesa desta assertiva, ainda com muitos elementos a serem revistos, pesquisados e analisados que tentamos elaborar uma tese de doutoramento, que se encontra ainda em fase de construção, e que por isso mesmo está aberta aos diversos diálogos que podem ser travados neste caminhar teórico-metodológico sobre a escola, a cidade e a cultura escolar.

O que achamos ainda interessante citar, e deixar para a reflexão do leitor, é um artigo disposto no Jornal O Comercio de Campina (27 de junho de 1932), que traz a seguinte observação: "No pais do 'Super', do 'Extra', do 'Hiper' e do 'Ultra', o mal não está na febre amarela, nem na verminose, nem no impaludismo, nem mesmo no analfabetismo. [...] O mal crônico, causa das causas, é, de certo, o exagero. [...] Tal discurso nos levar a questionar o poder criativo das fontes jornalísticas das primeiras décadas do século XX, que construíram um Brasil e uma Campina "Grande", grande e moderno como tudo que existiriam neles.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Elpídio de. *História de Campina Grande*. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2ª edição, 1993.

CASTANHO, Sérgio. Institucionalização das Instituições Escolares: Final do Império e Primeira República no Brasil. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; SAVIANI, Dermeval (orgs). *Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. São Paulo: Autores Associados, 2007.

DINOÁ, Ronaldo. *Memórias de Campina Grande*, v. I. Campina Grande: copyright, 1993a.

JULIA, Dominique. *A cultura escolar como objeto histórico*. Revista Brasileira de História da Educação, n. 1, p. 9-43, 2001

FRAGO, Antonio Viñao. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Tradução: Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

JÚNIOR, Décio Gatti, PESSANHA, Eurize Caldas. História da Educação, Instituições e Cultura Escolar: conceitos, categorias e materiais históricos. IN JÚNIOR, Décio Gatti, FILHO, Geraldo Inácio (orgs.). *História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (p. 71-90)

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista*. Imprensa e Práticas culturais em tempos de República. São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008.

NASCIMENTO, Maria Isabel [et al.] (orgs). *Instituições escolares no Brasil - conceito e reconstrução histórica*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR:UEPG, 2007.

NUNES, Maria Lúcia da Silva e MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. *O que se dizia das mulheres em 1920: textos publicados no jornal A União (PB)*. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais14/Sem03/C03036.doc>. Acesso em: 20-08-2013.

Pinto, Diana Couto. *O Discurso Pedagógico da Modernidade*. R.bras.Est.pedag., Brasília, v.77, n.185, p.113-135., jan/abr, 1996.

SILVA. Paloma. *(Des)alinhando alguns fios da modernidade pedagógica: um estudo sobre as práticas discursivas em torno da educação infantil em Campina Grande-PB(1919-1945)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

VAGO, Tarcísio Mauro. Reformas do corpo na escola. In FILHO, Luciano Mendes de Faria [ET AL] org. *Reformas educacionais no Brasil: democratização e qualidade da escola pública*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010. (p.81-129)

VEIGA, Cynthia Greive. *Projetos urbanos e projetos escolares*. Aproximação na produção de representações da educação em fins do século XIX. Educação em Revista, Belo Horizonte, N°26, dezembro de 1997. (p.103-112)

PERIÓDICOS E JORNAIS:

Almanaque de Campina Grande para o ano de 1934.

Anuário de Campina Grande, 1925.

Revista Evolução. Fascículos 1 a 9. Acervo Átila Almeida. Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande – PB

Evolução Jornal. Acervo Átila Almeida. Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande – PB

Jornal O Clarão. Campina Grande - N° 01, 03 de dezembro 1922.

"CONSTRUIR A CIDADE E ERGUER A ESCOLA": O CASO DO INSTITUTO PEDAGÓGICO EM CAMPINA GRANDE (1919-1942)

Vivian Galdino de Andrade
Cláudia Engler Cury

Jornal O Comercio de Campina, 27 de junho de 1932.

163

* Recebido em 05/11/2013

* Aprovado em 18/11/2013